

Justificação pela fé" em Lutero e "o povo da Aliança" em Sanders: uma nova hermenêutica para o Israel da Lei

"Justification by faith" in Luther and "the people of Covenant" in Sanders:
a new hermeneutics for the Law's Israel

Ângela Zitzke

Doutoranda em Teologia (EST)

Bolsista CNPq

angelazitzke@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo trabalhar o conceito de justificação através da teologia do apóstolo Paulo. Num primeiro momento, procura-se entender a justificação como ato primeiro de Deus, bem como, que esta se dá pela graça, mediante a fé. Num segundo momento, abordar-se-á a respeito da justificação em Lutero enquanto ato segundo, onde o cristão só obra porque é movido pelo amor grato gerado em seu coração. Num terceiro momento, procura-se desconstruir a interpretação provinda dos reformadores do século XVI, onde Israel é tido como povo da Lei. Autores como SANDERS e DUNN afirmam que, desde os princípios, Israel foi uma religião da graça, mediante a Aliança que Deus fizera com seu povo.

Palavras-chave:

Justificação pela fé. Obras de amor. Povo da graça.

Abstract:

This article has the objective of working with the concept of justification through the apostle Paul's theology. At first, it's necessary understand the justification as a God's first act and that justification is mediated by his grace, through faith. In a second moment, it will speak about justification in Luther as a reaction to the christian model, where the christian only work because he is motivated by the grateful love generated in his heart. In a third time, this article will deconstruct the interpretation from the reformers of the 16th Century, where Israel is interpreted as the people of the Law. Authors such as SANDERS and DUNN assert that, since the principles, Israel was a religion of grace through the Covenant that God had made with his people.

Keywords:

Justification by faith. Love's works. The people of grace.

1. Definições a respeito do modelo de δικαιοσις - Justificação

O conceito de justificação em Paulo, "o

* Autora é Doutoranda pelo PPG da Faculdades EST, em São Leopoldo, RS - Brasil. Cursa Teologia: área bíblica, com ênfase em Novo Testamento. Orientanda do Prof. Dr. Uwe Wegner. Sua pesquisa está voltada para o estudo do amor divino na carta aos Romanos, com ênfase na entrega (modelos salvíficos de reconciliação, expiação e justificação). Trabalho realizado com o auxílio financeiro do CNPq. A perspectiva de confessionalidade evangélico-luterana perpassará o trabalho, justamente por ser esta a confissão teológica da autora (IECLB). E-mail para contato: angelazitzke@yahoo.com.br.

elemento básico de sua soteriologia",¹ está centralizado na gratuidade divina (Rm 3.24), bem como, na fé concedida por Deus ao ser humano (Rm 3.28,30; 4.13). O conceito forense de justificação significa "absolver", "vindicar", "declarar justo", "imputar justiça", "remir o pecado", "não imputar pecado", isto é, o oposto exato de "condenar" (Dt 25.1; Pv 17.15; Rm 8.33). A característica primordial da justiça de Deus (Rm 1.16s) consiste justamente em não ser punitiva;

¹ DOUGLAS, J.D. (org.) *O Novo Dicionário da Bíblia*. 2ª ed., São Paulo: Vida Nova, 1995, p. 896.

antes, confere ao ser humano, por graça e misericórdia, o perdão dos seus delitos. “Justificação, portanto, é o acontecimento do amor de Deus que socorre sem perguntar se a pessoa merece. É a manifestação do direito que Deus tem para ser bondoso (cf. Mt 20.1ss) e compadecer-se ainda que todos condenem (Lc 19.1ss).”²

1.1. Justificação como ato primeiro de Deus

Não há base, na interpretação paulina, para uma idéia de que o ser humano seja justificado por seus próprios esforços, na tentativa de cumprir a lei. O ato justificador tem a função de desmascarar a pretensão humana em tornar-se uma pessoa virtuosa, pois não depende de sua vontade, mas tão somente, da imputação divina incondicional e da abertura humana de recebê-la mediante a fé. Para entender-se a justificação, basta crer na imputação divina e na condição humana de ser totalmente pecadora. Somente Deus pode ser santo e justo. O caminho próprio do ser humano não tem saída, permanecerá eternamente pecador se Deus não “entrar em cena”. Portanto, o primeiro passo da pessoa consiste em reconhecer sua condição inegável de pecadora e aceitar que somente Cristo é santo. Esse é o movimento do nada (aquilo que tem em si mesmo) para o tudo (aquilo que se recebe e é em Cristo). O ser humano, em si mesmo, não possui nada que agrade a Deus, pois tudo o que fizer será baseado em sua velha natureza. Só Deus pode fazer algo por ele para transformá-lo e fazer com que suas obras não tenham mais esse caráter egoísta e orgulhoso. Só Deus pode fazer brotar a natureza renovada e salvar o ser humano.³ Conclui-se, portanto, que através da justificação divina a vida não precisa mais ser conquistada. Ela pode ser recebida.

1.2. A justificação não se dá pelas forças ou obras humanas (Rm 3.23)

O anseio desesperado por salvação acaba tornando-se o maior empecilho e castigo da pessoa.

² BRAKEMEIER, Gottfried. *Testemunho da fé em tempos difíceis*. São Leopoldo: Sinodal, 1990, p. 42.

³ FORDE, Gerhard. A obra de Cristo. In: BRAATEN, C. E.; JENSON, R.W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1995, v. 2, p. 436.

Isso se dá apenas porque ela ainda não compreendeu que a salvação não é o cumprimento de seus desejos, mas antes, a unificação de sua vontade com a vontade divina.⁴ Fica claro, portanto, que Deus não é um ser que a fé humana possa alcançar, satisfazer ou chantagear. Para alcançar o alto padrão divino, exigido por sua santidade, apenas um ser divino poderia corresponder a tamanhas exigências. Assim Deus envia seu filho, Jesus Cristo, para redimir o pecador.

1.3. Através da justificação em Cristo (Rm 5.1,17,21) os pecados humanos são redimidos (Rm 4.5-8; 5.15)

A fé em Cristo apóia-se no homem Jesus que, por amor e entrega, aceitou morrer na cruz. Através de seu profundo ato de amor, trouxe a oportunidade à humanidade de entregar-se a Deus em fé e assim, restabelecer a antiga comunhão com Deus. “Isso significa que o caráter do Cristo vivo e constantemente ativo é definido pelo amor que se entrega a si mesmo, vitorioso e soberano.”⁵

A fé tem sua origem na vontade amorosa de Deus em perdoar e justificar a humanidade. Ela é concedida através do ato primeiro de Deus em lhe conceder e do ato humano segundo de acessá-la por graça e fé. Assim sendo, o agir cristão deve ser uma entrega total a Deus, onde o ser de fé sabe que seus atos bons sempre serão consequência da obra divina nele e nada mais. A final de contas, não é o cristão que produz as boas obras, mas Cristo através dele. As boas obras acontecem quando o velho eu está calado e estas brotam tão somente “do amor e da esperança que começam a alvorecer quando se compreende a incondicionalidade da graça.”⁶

⁴ LOEWENICH, Walter von. *A Teologia da Cruz de Lutero*. São Leopoldo: Sinodal, 1988, p. 51-2.

“A justiça de Deus só pode ser recebida de forma passiva, onde ele mesmo concede ao ser humano sua salvação e não de forma ativa, onde o ser humano acha que precisa ser justo para subir até Deus e, ao igualar-se, poder estar salvo.” (LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 2001, p. 90)

⁵ AULÉN, 2002, p. 202-3.

⁶ FORDE, 1995, v. 2, p. 445.

1.4. Justificação pela graça, mediante a fé (Ef 2.8; Rm 3.24; Rm 5.16)

A **justiça humana** é correta na medida em que dá à pessoa aquilo que merece: se faz o que é bom a premia, se o que é mal a castiga, para que aprenda. Essa é a caminhada da vida, que ensina o ser humano a ser bom através de constantes lições, de forma imparcial e justa. A lei ajuda a justiça a estabelecer de forma clara quais são os critérios a serem seguidos. “Sem leis nenhuma sociedade tem condições de existir.”⁷

A **justificação divina** é diferente da justificação humana justamente pelo fato desta não nascer da lei que pune, assegura a ordem e corrige, mas antes pelo fato desta nascer do amor. Cristo se faz homem para ensinar o amor divino, morre pregando esse amor e concede, através de sua entrega doadora e dadivosa, a oportunidade desta “humanidade vingativa” se reconciliar com Deus, com o que é elevado e divino. Através deste ato de perdão incondicional, justifica o ser humano e ensina-o perpetuamente o caminho de uma justiça que não cobra ou que pune, mas que concede a anulação da cédula, risca a nota promissória e muda trajetórias. Esta é a lógica da justiça divina, que encontra no perdão sua expressão mais nobre, ao oportunizar a promoção de nova vida. “A justificação pela graça e fé é tida como um ato divino. É um julgamento divino. É uma imputação. É incondicional.”⁸

A **graça**, outro meio do agir justificador de Deus, sempre estará presente para atuar no coração humano. A graça só vem reforçar a idéia do amor incondicional, impensável e até mesmo incompreensível para o ser humano que ainda não acessou o entendimento ou até mesmo o sentimento do que significa a entrega salvífica e o poder do perdão, logicamente por serem atributos divinos e não humanos.

Justificação pressupõe **fé** e fé significa estar possuído pela presença divina. Através da fé, o ser humano pode receber a justificação e assim, ser tornado justo e retornar ao que essencialmente era e para Aquele ao qual esteve separado. Em segundo

lugar, a fé enquanto resposta, um evento subjetivo, possui papel central para a realização da obra justificadora em meio à humanidade. Fé gera uma vontade viva e atuante, de forma que a pessoa “não pergunta se há boas obras a fazer, e sim, antes que surja a pergunta, ela já as realizou e sempre está a realizar”⁹. O processo da fé no coração do crente não pode ser contabilizado; apenas praticado, não como um ato que venha da vontade humana, e sim, exclusivamente da graça divina. “O ato divino por si mesmo destrói toda presunção humana acerca de progresso e processo.”¹⁰

É justamente por causa da fé que o ser humano se deixa conduzir por Deus, em eterna justificação. “A fé implica em colocar-se sob o governo divino. Nada é mais essencial à relação de fé do que o fato de acarretar o domínio soberano da vontade divina e amorosa que abate a vontade humana separada de Deus e governada pelo eu. [...] A efetivação da relação de fé significa que Deus abate e vence o egoísmo.”¹¹ Viver em fé significa a crucificação do eu egocêntrico (*incurvatus in se*) e a ressurreição para a caminhada com Cristo, em amor a si, a Deus e ao próximo. “Na mediada em que a fé governa a vida do homem e a distingue, o homem se coloca em posição de confiança incondicional com a vontade divina e amorosa que o subjugou e ainda subjuga. Essa relação de confiança implica também num sim incondicionalmente obediente ao Deus que se revela.”¹²

Através do **amor**, os demais mandamentos tornam-se transparentes a partir de seu centro: o amor a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. O ser humano que ama não prejudicará mais a si e nem às outras pessoas, estará livre para agir sem interesse ou culpa, praticará o bem sem precisar competir, tanto com Deus

⁹ EBELING, Gerhard. *O Pensamento de Lutero*; uma introdução. São Leopoldo: Sinodal, 1988, p. 130

¹⁰ FORDE, 1995, v. 2, p. 414.

Se a santificação for tomada de forma legalista novamente, com uma série de passos a serem cumpridos no progresso religioso do sujeito individual, então esta está fadada à mesma decepção e desespero que provoca o seguimento da lei. Se há progresso ou crescimento envolvidos, são bem diferentes do progresso de acordo com a lei ou com a ânsia humana por perfeição.

¹¹ AULÉN, 2002, p. 257.

¹² AULÉN, 2002, p. 256.

⁷ BRAKEMEIER, 1990, p. 56.

⁸ FORDE, 1995, v. 2, p. 413.

quanto com as outras pessoas em derredor. Desta maneira estará sendo instrumento divino, aberto para fazer o bem e não suas vontades, disposto ao serviço abnegado, vivendo de forma entregue o amor divino pregado por Cristo.

Nesse processo de constante de justificação divina, aprendizado e entrega para uma vida comprometida com a fé, o ser humano torna-se consciente do ciclo que o envolve. Ele está constantemente morrendo para si e ressuscitando com Cristo. “Justificação através da fé em Jesus significa morte e ressurreição. Significa morte para o pecador, o velho ser ‘sob a lei’, e vida e liberdade para o novo. O ser que raciocina em termos de lei, morre para que o crente possa ressuscitar” (Gl 2.19-21).¹³ Assim esta morte e novidade de vida impedem que a lei seja abandonada e que os cristãos se conduzam à prática da imoralidade ou licenciosidade (Rm 6.1-4). Da mesma forma, esta constante morte e novidade de vida geram crescimento, santificação e fazem do crente uma nova criatura, graças a Jesus Cristo.

Esse novo eu feito à imagem de Cristo “é, na verde, o nosso eu mais próprio, que foi obscurecido, reprimido, soterrado pela experiência contínua do pecado. É o nosso ser mais autêntico, agora devolvido a nós pela graça divina.”¹⁴ Esse novo eu “emerge do encontro com o Deus vivo em juízo e graça.”¹⁵ Ele está totalmente identificado com a face de Cristo e se dispõe a ser Cristo para o seu próximo em amor (Gl 2.20). Isso, porque o sentimento que o toma agora não é o do egoísmo e sim o da experiência de ter sido liberto de seus interesses mesquinhos. Finalmente presenciou a experiência de poder libertar-se da máscara que o maculava, sentiu o alívio de poder retornar à origem bem como a alegria de poder sentir-se repleto de amor; um amor que não se resume em mero sentimento agradável, mas antes, em um profundo e íntimo contato com Deus.

O ser humano pôde viver um retorno àquilo

que o separava, uma unidade anelada e finalmente correspondida, o preenchimento daquilo que intimamente mais desejava e que nunca encontrou fora de si ou em outrem. E agora está novamente tudo no seu lugar, em paz, em unidade com Deus, esperando pelo próximo desafio deste eterno ciclo renovado pela fé e eternamente vitorioso, motivado pelo amor generoso que se entrega.

2. O Aspecto existencial-subjetivo da reação cristã ao modelo de δικαιοσις - Justificação

“Uma conversão a Deus pelo confronto com ele em juízo e graça é só metade da conversão. A segunda metade é o movimento de retorno, em direção ao próximo.”¹⁶ Ação indicativa é aquela que “afirma que todas as obras e todo poder está em Deus.”¹⁷ Justiça verdadeira procede de Deus somente, através da fé em Cristo e não das obras. “Diante de Deus é necessária fé, não as obras; diante dos seres humanos são necessárias as obras e o amor que nos revela como justos diante de nos mesmos e diante do mundo.”¹⁸

O amor manifesto pelo cristão “revela que lhe são remitidos os pecados.”¹⁹ Na verdade, amor não o justifica, mas antes, a fé o impulsionou a amar. “Mediante a fé em Cristo, os pecados são redimidos diante de Deus. Esta é chamada de justiça interna. A seguir, após a remissão dos pecados, deve seguir-se o amor.”²⁰ Justiça externa é aquela que mostra aos demais seres humanos que o cristão é perdoado e declarado justo por Deus, através de seus atos de amor baseados na fé. Assim sendo, o testemunho do cristão consiste em ser justo diante de Deus e justo diante dos seres humanos, mas ele só tornou-se justo perante Deus, pois foi anteriormente justificado por ele.

Deus salva, mas não renuncia seu direito de imputar o pecado ao pecador. O pecador cristão sempre estará em vias de ser curado, pois Deus não

¹³ FORDE, 1995, v. 2, p. 407-8.

¹⁴ MUELLER, Ênio R. Fundamentos da Ética em Lutero In: WACHHOLZ, Wilhelm (Coord.). *Identidade Evangélico-Luterana e Ética*; Anais do III Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana. São Leopoldo: EST, 2005, p. 23.

¹⁵ MUELLER, 2005, p. 23.

¹⁶ MUELLER, 2005, p. 24.

¹⁷ LUTERO, Martin. Da Vontade Cativa. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal/ Porto Alegre: Concórdia/ Canoas: ULBRA, 1993, v. 4, p. 153.

¹⁸ LUTERO, Martin. Debate Acerca da Justificação. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal/ Porto Alegre: Concórdia/ Canoas: ULBRA, 1992, v. 3, p. 211.

¹⁹ LUTERO, 1992, v. 3, p. 211.

²⁰ LUTERO, 1992, v. 3, p. 211.

antecipará o resultado de sua obra iniciada até que se tenha recebido a vida eterna. A salvação estará segura se o crente mantiver-se vigilante quanto à fé e conservá-la firme nas promessas de Deus.²¹ O crente sabe que sua vida é uma batalha perpétua contra o mal que está nele e ao seu redor, por isso tão somente lhe resta reconhecer que está longe de ser um cristão perfeito, todavia aspirar a sê-lo diária e constantemente.²² Os atos gerados pelo indicativo são exemplos de como “devemos ser formados, mas não testemunhos de nossa obra ou empenho”²³. A força maior sempre vem de Deus, que perdoa a natureza pecadora e má do ser humano, para então derramar sua graça aos humilhados.²⁴

Mesmo que o amor não seja, para Lutero, o fundamento da justificação, ele não “exclui o amor como conseqüência da justificação, a ponto do *sola fide* se constituir em verdadeira luta pelo puro amor”²⁵. Cristo fala do amor que emana da fé, pois as obras feitas através do amor são tão somente emanações da *fé primeira* e grande motivadora que impulsiona o ser humano a amar e obrar. Assim como os frutos mostram se a árvore é boa, as obras do cristão mostram que ele crê. As obras apenas indicam que o cristão tem verdadeira fé ou que é falso cristão, pois vive de vícios e hipocrisias.²⁶

Para Lutero, fé e amor são simultaneamente liberdade e serviçalidade radicais. Seu pensamento é este: “Um cristão é senhor livre sobre todas as coisas e não está sujeito a ninguém. Um cristão é servidor de todas as coisas e está sujeito a todos”²⁷. A fé seria morta e irreal se não impulsionasse o cristão a servir em amor aos seus semelhantes. Ela só se torna viva e real quando é moldada pelo amor, atua através do amor e pratica o amor.²⁸ A fé que age através do amor é uma fé *extra nos*, (vinda de Deus) que se coloca *extra se*, (se apega à promessa e partilha seus dons transbordantes com o próximo). Em libertando-se de seu eu, o crente

sente-se livre e capacitado para contatar com a justiça de uma nova maneira. O objeto deste cuidado é o próximo, o necessitado, quem faz parte de círculo de convivência da pessoa cristã.

A pessoa cristã recebe de Deus tudo o que Ele tem e assim está automaticamente chamada e capacitada para se revelar aos outros também. Isso se dá, pois os seres humanos transformam-se em filhos de Deus pela fé e humildemente em “pequenos cristos”, pelo amor. O amor os “faz bondosos com o próximo; pois natureza divina outra coisa não é do que pura bondade, amabilidade e benevolência que [...] derrama abundantemente os seus bens sobre toda criatura.”²⁹ Mas até transparecer tamanha e elevada atitude, o ser humano precisa passar pelo diário de sua velha natureza, em arrependimento constante e em contato com a pura luz divina que o transforma, reabastece e impulsiona a viver de forma sã. As boas obras só transparecem o resultado daquilo que o ser humano tem de mais íntimo e sincero com Deus: sua fé. Unicamente quando a fé der força para o amor vingar e o amor tornar-se força externa ativa é que este ser humano estará apto a tornar-se ponto de passagem na relação Deus-mundo. Fé gera uma vontade viva e atuante, de forma que a pessoa “não pergunta se há boas obras a fazer, e sim, antes que surja a pergunta, ela já as realizou e sempre está a realizar”³⁰.

A fé, enquanto passividade ativa, abre-se para a graça, apropria-se dela e transforma-a em vivência prática. Deus dignifica o ser humano e lhe confere o direito de viver, concedendo-o liberdade e ensinando a gratidão. Quanto à dimensão *individual* (1), a pessoa aprende a aceitar-se e amar-se, pois justificação gera auto-realização. A pessoa é mais que uma partícula acidental em meio a uma sociedade exigente e excludente. Liberta de si, pode transmitir amor autêntico. Quanto à dimensão *comunitária* (2), a pessoa atua e faz obras como pura expressão de gratidão, indo em direção ao próximo e tornando-se membra ativa no corpo de Cristo. Quanto à dimensão “*mundana*”(3), a pessoa crente está justificada e apta para poder gerar o direito à

²¹ STROHL, Henri. *O Pensamento da Reforma*. São Paulo: Aste, 1963, p. 92.

²² STROHL, 1963, p. 93.

²³ LUTERO, 1993, v. 4, p. 154.

²⁴ LUTERO, 1993, v. 4, p. 157.

²⁵ EBELING, 1988, p. 135.

²⁶ LUTERO, 1992, v. 3, p. 210.

²⁷ EBELING, 1988, p. 134.

²⁸ EBELING, 1988, p. 136.

²⁹ EBELING, 1988, p. 125.

³⁰ EBELING, 1988, p. 130.

vida, através da justiça social. Do amor brota o comprometimento com os direitos humanos. Finalmente, quanto à dimensão *escatológica* (4), o objeto de esperança da pessoa cristã é a justificação definitiva. Ela não deixou de pecar, mas direcionou suas energias para servir a Deus. Sua esperança é a realização da promessa de completa libertação do pecado e nulificação de sua velha natureza.³¹

Portanto, através do amor emana a obra gratuita, pois a fé já agiu na pessoa. Cristo tomou sobre si os seus pecados e entrega para ela suas mais altas virtudes. A partir de então, só cabe a ela fazer o que desde o princípio já lhe fora dado, sua fé e amor partilhada com o próximo. Isso só ocorrerá de maneira correta, liberta e agraciada se, “nesse amor que a si mesmo se esquece, o velho ser humano morrer com todas as suas virtudes e qualidades.”³² A pessoa não pode fazer mais nada que remeta às suas próprias virtudes ou habilidades. Se ela achar que faz qualquer coisa, então tomará novamente o lugar de Deus e incorrerá em pecado. O amor transforma realidades, pois sua origem é divina. A pessoa, movida pelo amor, não age por interesse, mas antes, age por entrega verdadeira a Deus e ao próximo. Ali onde a pessoa perdeu as preocupações consigo mesma, o amor é puro amor, é generoso e gratuito, é transbordante e ativo, é generoso e automático. A fé traz consigo o amor, uma vez que, enquanto “obra vivificadora de Deus no ser humano não pode existir sem que disso emane vida humana produtiva”³³.

3. Nova concepção a respeito do modelo de *δικαιοσις* - Justificação

A justificação pela fé redescoberta a partir da interpretação de Lutero, provém da época da Reforma. Os estudiosos luteranos leram Paulo através da lente própria de sua época e “deixaram de perceber que Paulo tinha de ser interpretado em seu contexto apropriado no judaísmo do século I.”³⁴ A *nova perspectiva* aberta por E. P. Sanders

afirma que o judaísmo sempre foi uma religião da graça. A ação primeira de Deus está em optar por fazer uma **Aliança** com Israel, mesmo que fosse povo transgressor. As obras decorrentes desta atitude misericordiosa serão apenas uma resposta. “Cumprir a lei era meio de permanecer na Aliança, não para entrar nela.”³⁵ Os mandamentos e sua obediência jamais serão observados para merecer a graça divina, ter méritos diante de Deus ou obter salvação, antes para manter a unidade, enquanto povo eleito. “Como o Deuteronômio repetidamente assinala, não houve nada que Israel fosse ou tivesse feito para que levou Deus a escolhê-lo como seu povo, a entrar em aliança com ele; foi somente o seu amor por ele e sua fidelidade ao juramento que fizera a seus pais.”³⁶

3.1. Apresentação da Teoria de E. P. SANDERS e J. D. G. DUNN

Segundo esta nova perspectiva, o judeu é monoteísta, cumpre a lei, faz circuncisão, observa o sábado e não come carne de porco, pois quer preservar-se fiel, em resposta à eleição divina. A prática das **obras de justiça** era vista por Paulo como fidelidade ao seu chamado de ser povo eleito. Obrar era tão somente responder de forma afirmativa a este chamado, “ser transformado por uma relação viva com o Deus que dá a vida. [...] a posição de Israel diante de Deus era devida inteiramente à iniciativa da graça divina.”³⁷ As obras não são entendidas como “uma realização meritória que permite à pessoa exigir recompensa de Deus [...] mas como a base para manter essa aliança [...] para permanecer ‘dentro’”³⁸ e participar dela.

A identidade religiosa israelita estava acima de tudo, ainda mais para seitas radicais. Este espírito separatista e excludente aumentava o desejo de guardar a lei com escrupuloso cuidado e exatidão, não para garantir a salvação (necessidade de obrar para ser aceito pelo “juiz justo”, imagem de Deus do século XVI ou de “comprar indulgências” para

³¹ BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade*. São Leopoldo/São Paulo: Sinodal/Paulus, 2002, p. 89-94.

³² BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. 8ª ed. São Leopoldo: Sinodal. 2004, p. 98.

³³ EBELING, 1988, p. 134.

³⁴ HAWTHORNE, G.F.; MARTIN, R.P.; REID, D.G.,

Dicionário de Paulo e suas cartas. São Paulo: Vida Nova; Paulus; Loyola, 2008, p. 770.

³⁵ DUNN, James D.G. *A Teologia do apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 391.

³⁶ DUNN, 2008, p. 395.

³⁷ DUNN, 2008, p. 398.

³⁸ HAWTHORNE; MARTIN; REID, 2008, p. 770.

ser salvo), mas antes para manter uma **unidade étnica** irrepreensível. A preocupação da preservação de atos justos não era tanto pelos pecados ou medo de não ser aceito por Deus, e sim para que se mantivesse irrepreensível diante da Aliança. A luta não era contra o pecado todavia contra os povos ao seu redor.

A prática dos **sacrifícios** e holocaustos era feita não apenas por um sentimento de piedade e arrependimento mas, acima de tudo, como resposta obediente à exigência de Deus. Seu grau de fidelidade retornava a Deus ao cumprir os termos de obrigações das cláusulas da Aliança. Portanto ser zeloso é ser judeu e preservar esta identidade judaica. “O ‘zelo’ de Israel por Javé e sua Torá era reflexo do zelo de Javé por Israel [...] expresso na sua escolha de Israel para ser seu.”³⁹ Este era o caráter que o distinguia das outras nações e religiões ao seu redor.

Três aspectos sobre o “zelo” judaico devem ser observados: (1) zelar é manter o caráter distinto de Israel como povo da aliança, cumprindo os mandamentos e impedir que nada adultere ou manche sua pureza; (2) zelar é manter sua condição de povo separado e eleito, defendendo suas fronteiras religiosas e nacionais, usando inclusive da força para defender-se daqueles que ameaçarem o status próprio da aliança de Israel; (3) zelar é fazer com que esta determinação fosse cumprida e dirigida contra gentios e compatriotas contrários ao sentimento de unidade como Povo e de unidade com Deus. Estes três aspectos foram deveras valorizados por Paulo antes de converter-se, mas depois passou a considerar sem valor para a salvação (Fp 3.7,8). De acordo com sua observância radical anterior, era válido perseguir os cristãos, afinal, não cumpriam mais com a correta manutenção da Aliança. Os judeus convertidos ao cristianismo bem como a abertura da religião e tradição judaica para os gentios poderia comprometer a integridade e pureza de Israel. Foi deste “zelo” que Paulo se converteu na estrada para Damasco.⁴⁰

A **Igreja cristã**, segundo Paulo, foi entendida

como o cumprimento das promessas feitas à Abraão e não como uma nova religião. Os judeus não precisavam renunciar ao seu Deus para ingressar nesta Igreja, apenas crer em Cristo. Os gentios não precisavam aderir ao judaísmo ou circuncidarem-se, apenas serem batizados e participarem do corpo de Cristo. As normas que regiam o comportamento dos cristãos paulinos eram em parte judaicas, mas não de todo, por isso a Igreja pode ser considerada como uma **terceira entidade**. “Os gentios convertidos tinham de se abster de importantes aspectos da vida greco-romana, mas eles não eram bastante judeus para fazê-los socialmente aceitáveis aos judeus observantes, quer cristãos quer não cristãos.”⁴¹ A identidade desta Igreja cristã segundo os ensinamentos paulinos “envolvia ao mesmo tempo a apropriação e a rejeição do judaísmo.”⁴²

Quanto à **salvação** dos cristãos, esta virá através da fé em Cristo. Quanto à salvação de Israel, Deus assim o fará por causa da sua misericórdia; “mas a condição da misericórdia é a fé.”⁴³ Paulo imagina a salvação de Israel independente de Cristo, pois Israel crê em Deus; “importa pouco se ele entende que é Deus ou Cristo ‘o Libertador’, pois não pode crer que ele pensasse em ‘Deus desligado de Cristo’, como também que pensasse em ‘Cristo desligado de Deus’.”⁴⁴ Entrementes, esta tendência teocêntrica não pode ser desligada da concepção fortemente cristocêntrica que Paulo defendia e pregava.

O que se pode concluir é que Paulo “procurou desesperadamente uma fórmula que mantivesse as promessas de Deus a Israel, embora insistindo na fé em Jesus Cristo.”⁴⁵ Portanto, Paulo conserva pensamentos e tradições judaicas (apropria-se de história de Israel), mas os transcende, mediante instrução divina. Ele desenvolve novos modelos de pensamento ao recusar partes não desejadas (fidelidade exclusiva à lei mosaica) e acrescentar outras (salvação em Jesus Cristo como condição para a vida eterna e não mais a aliança), tudo em

⁴¹ SANDERS, E.P. *Paulo, a Lei e o Povo Judeu*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 193.

⁴² SANDERS, 1990, p. 224.

⁴³ SANDERS, 1990, p. 217.

⁴⁴ SANDERS, 1990, p. 214.

⁴⁵ SANDERS, 1990, p. 220.

³⁹ DUNN, 2008, p. 405.

⁴⁰ DUNN, 2008, p. 406-7.

favor da missão entre os gentios e sua devida contextualização ao seu público alvo.

3.2. Argumentos de P. STUHLMACHER

“Embora a doutrina da justificação pela fé seja com frequência criticada por se interessar apenas com a salvação do indivíduo, [...] segundo o modelo de Lutero [...], ela também possui aspectos cósmicos.”⁴⁶ Quando Paulo afirma que era irrepreensível diante da lei e de seu cumprimento, significa apenas que “pelos padrões dos fariseus praticantes, obtivera um desempenho excepcionalmente bom (Gl 1.13-14).” E no final, tudo que adquirira perdeu o valor para ele (Fp 3.8-9).

A justificação em Paulo assume um lugar de particular importância, pois através dela que se possibilitou a salvação tanto para gentios quanto para judeus. Ela não pode ser considerada apenas como *mero recurso para promover missão entre os gentios*, muito antes, seu valor está em exaltar a obra de Cristo e assim inaugurar um ponto escatológico decisivo na história. “Paulo não se dedicava à doutrina da justificação pela fé por causa da missão aos gentios; ele se dedicava à missão aos gentios por causa da doutrina da justificação pela fé.”⁴⁷

Paulo definitivamente rejeitou o judaísmo ao passar pelo processo de *conversão* e adesão à comunidade cristã que vinha dantes perseguindo. Mas Paulo nunca pensou que se convertera a uma *nova religião*. Paulo evangeliza os gentios como consequência de sua conversão, mas não que pensasse em uma segunda religião para os gentios. “Para Paulo, tornar-se cristão não significava tornar-se gentio; seria mais justo dizer que os gentios tornavam-se judeus completos, os filhos de Abraão pela fé, transplantados na oliveira de Israel.”⁴⁸

Paulo não tinha conflitos com a *lei*, era penas dialético, pois tanto a descarta quanto sustenta a lei. Paulo não descarta a lei no sentido de que a justiça seja abandonada; antes sustenta o cumprimento da

lei através da sua forma resumida no mandamento do amor.

Embora existam semelhanças nítidas entre a soteriologia paulina e a judaica, a base em que Paulo está firmado é diferente. A lei foi substituída por Cristo. Paulo responde pela pertença à aliança em termos de Cristo, já o judaísmo em termos de leis. “Em suma, enquanto o judaísmo é nomocêntrico, Paulo é cristocêntrico.”⁴⁹ Em tendo rompido com a lei (Gl 3.1-5), não é justo caracterizá-lo como nomista.

A justiça da lei jamais vai gerar acesso à vida por causa do pecado humano. O judaísmo é visto como uma religião que vê as obras como tentativa de preenchimento das exigências divinas.

Quanto a Dunn, este afirma que a lei deve ser vista como um todo, não só da forma radicalizada. Deve-se avaliar primeiro a função social da lei e depois as “obras da lei” em termos de marco social de fronteira. A lei realmente serve como marco para separar judeus de gentios. “Exatamente porque a lei era o que distinguia o judeu do gentio, a vanglória atacada por Paulo pode ser explicada como a vanglória nos privilégios nacionais.”⁵⁰ Mas resumir os textos relevantes de Paulo quando fala de obras da lei apenas a uma vanglória nos privilégios nacionais não é suficiente e não fornece a melhor explicação para todos os dados. A conclusão correta é definir o uso da lei para estabelecer justiça própria. É isto que Paulo considera errado no judaísmo palestino e em sua vida como judeu zeloso. Paulo rejeita a justificação pelas obras e entende obras como mérito diante de Deus.

Conclusão de Stuhlmacher a respeito da nova perspectiva:

Israel é uma religião da graça, disso não há dúvidas. Entrementes, no período do pós-exílio, Esdras retorna à lei como uma nova intensidade. “O exílio foi interpretado pela maioria como consequência do fato de Israel ter falhado no cumprimento da lei. Nesse novo desenvolvimento, que constitui o início do judaísmo, não é de

⁴⁶ STUHLMACHER, Peter. *Lei e graça em Paulo: uma reafirmação da doutrina da justificação*. São Paulo: Vida Nova, 2002, p. 114.

⁴⁷ STUHLMACHER, 2002, p. 113.

⁴⁸ STUHLMACHER, 2002, p. 119.

⁴⁹ STUHLMACHER, 2002, p. 125.

⁵⁰ STUHLMACHER, 2002, p. 127.

surpreender que a lei tenha assumido importância central.”⁵¹ No entanto, a nova ênfase na lei nunca obscureceu a graça divina em perdoar e prometer redenção e nova justificação para Israel, mesmo o Israel do exílio, que sofre pela sua desobediência, mas não desiste da sua fé.

A insegurança na prática das obras pode gerar apego ao legalismo, no entanto só a fé trará segurança e não a lei. A consequência da prática da lei e de regras não é a salvação, antes, o desespero. Diante de uma religião que também fala da graça, o próprio ser humano é que opta se a lei ocupa seu lugar como resposta ou como base da existência. “Assim não é difícil acreditar que durante a época de Jesus e Paulo houvesse muitos que – em oposição ao melhor entendimento de sua fé – tinham caído no legalismo, e tanto Jesus como Paulo tiveram, portanto, de lutar contra isso.”⁵²

“Um nomismo da aliança só se manterá ‘da aliança’ se houver medidas bem deliberadas e explícitas para guardá-lo como tal; caso contrário, haverá uma tendência humana natural para o legalismo.”⁵³ Provavelmente a situação dos judeus no período pós-exílico, sob dominação romana, tenham aumentado a ênfase no cumprimento da lei, na crença em salvação apocalíptica, em luta armada, em revoltas, em interpretações literalistas; isso comprova que a própria época de sofrimento pode gerar um fundamentalismo maior e uma necessidade de ação, muitas vezes baseada nos escritos e suas normas para justificar uma causa do que na fé confiante de que Deus intervirá a seu modo.

3.3. Argumentos de J. D. G. DUNN a respeito da nova perspectiva

Paulo nunca quis rejeitar a lei, mas sua explicação central sempre foi de que apenas através dela havia condenação e por Cristo havia salvação. Não obstante, sua educação judaica sobre certo e errado sempre embasou suas respostas. Paulo, muitas vezes, condena a lei por causa do uso que os judeus estavam fazendo dela. Suas “declarações,

tanto positivas como negativas, a respeito da lei estão unidas por uma convicção fundamental consistente de que a lei, embora boa, pode ser mal usada como instrumento de orgulho nacional.”⁵⁴

Para Paulo, “**obras da lei**” não são a mesma coisa que “**boas obras**”. Obras da lei refere-se “à obediência às exigências da lei que a maioria dos judeus compatriotas de Paulo consideravam sua razão de ser como Israel na sua diferenciação das nações. Mas ninguém questionava que todos devem praticar o bem.”⁵⁵ As obras criticadas por Paulo eram aquelas que impunham a prática dos costumes de Israel e que, desprovidas de fé no Deus que os elege e com seu povo faz uma aliança, de nada serviam; viram meros costumes e atos vazios. O que vincula Israel a Deus é a sua fé incondicional, a exemplo de Abraão. O que vincula os gentios a Deus é a sua fé em Jesus Cristo, exemplo de amor incondicional que se entrega para justificar os seus.⁵⁶

Conclusão a respeito da nova perspectiva:

Enquanto que o *nomismo* da aliança do AT é meio divino para a salvação de Israel, o *evangelho*, sendo experimentado por gentios, enfatiza a salvação através de Jesus, meio divino que justifica o ímpio. Pode-se concluir, portanto, que cristãos não precisam do mesmo marco que os judeus e judeus não precisam do mesmo marco dos cristãos para serem salvos. O Deus gracioso os alcança de formas diferentes. “A pressão rumo à chamada teoria da salvação por duas alianças continua hoje como um fator constante no diálogo judeu-cristão.”⁵⁷

Pode-se constatar que a crítica de Paulo a respeito do judaísmo se dá pelo fato de este ser “apresentado como errado apenas por não ser o cristianismo. São dispensações diferentes da mesma

⁵⁴ HAWTHORNE; MARTIN; REID, 2008, p. 783.

⁵⁵ DUNN, 2008, p. 421.

⁵⁶ DUNN, 2008, p. 421-2.

⁵⁷ STUHLMACHER, 2002, p. 103.

“Quatro defensores da nova visão de Paulo que também aceitaram a ideia das duas alianças são Stendahl, Markus Barth, John G. Gager e Lloyd Gaston. Outros, como Sanders e Dunn, têm resistido a essa conclusão.” (STUHLMACHER, 2002, p. 103-4)

⁵¹ STUHLMACHER, 2002, p. 106.

⁵² STUHLMACHER, 2002, p. 109-111.

⁵³ STUHLMACHER, 2002, p. 111.

aliança.”⁵⁸ O cerne continua o mesmo, no entanto mudam-se os marcos. “Portanto, no modo de ver de Sanders, a teologia paulina representa um transição do nomismo da aliança judaica para um religião diferente.”⁵⁹ Crer em Cristo faz dos cristãos seres salvos e não novos judeus. Crer na aliança significa saber-se salvo e contribuir ativamente como resposta. Cristãos não precisam ser judeus e judeus não precisam ser cristãos para receberem a salvação. Não é a obediência à Torá que salva ou a prática de boas obras, mas antes a fé destes povos no Deus que os alcançou muito antes de sentirem falta ou a necessidade de salvação. A abertura e o respeito existem, mas o marco que se escolhe deve estar firmado no coração de quem se dispõe a crer e levar com seriedade e comprometimento sua vida de fé e de eterna entrega a Deus, independente de quantos nomes os povos dão para Ele e reconhecem em suas manifestações seu marco gerador de fé e salvação.

Conclusão da autora a respeito da nova perspectiva:

Para finalizar, deve-se admitir que o foco central a respeito da discórdia entre a nova perspectiva e a perspectiva tradicional encontra-se na constatação de que existem dois “marcos” em jogo, dos quais nem cristãos nem judeus podem abrir mão: enquanto que o nomismo da aliança do AT foi entendido como meio divino para a salvação de Israel, o evangelho experimentado pelos gentios enfatiza a salvação através de Jesus, meio divino que justifica o ímpio. Creio firmemente que tanto os cristãos não precisam do mesmo marco que os judeus quanto os judeus não precisam do mesmo marco dos cristãos para serem salvos. O diferencial é que o Deus gracioso está presente e é atuante através das duas formas de expressão religiosa, portanto os alcança de formas diferentes. Ambos, cristãos e judeus, possuem história e trajetória diferentes, que se deram ao longo dos séculos. Enquanto que os judeus observam suas leis (mediadas por Deus), os cristãos observam os ensinamentos de Jesus. A diferença encontra-se na época que foram concedidas e o povo alvo que

Deus tinha para “moldar” segundo seus propósitos.

Assim sendo, a nova perspectiva presta um auxílio imenso para a humanidade, ao propor que linhas religiosas, como a cristã e a judaica, deixem suas brigas de lado. Ao enfatizar menos as diferenças, há a chance de quebrar antigos preconceitos históricos que tanto prejudicam a reconciliação atual entre os povos. Portanto, os marcos permanecem, a prática religiosa não muda, pois a intenção não é que se mescle uma única religião judaico-cristã, mas a conversa entre as pessoas é feita num tom de paz, de conciliação e de uma experiência de encontro positiva. Apenas com sabedoria e muita paciência as pessoas poderão “apaciar” seus ânimos e aceitar o “diferente” como irmão. Mas esta é uma luta que ainda dará muito o que debater e muitas perspectivas novas a gerar para que se resolva o problema da discussão religiosa mundial e as contendas entre os povos.

⁵⁸ HAWTHORNE; MARTIN; REID, 2008, p. 771.

⁵⁹ HAWTHORNE; MARTIN; REID, 2008, p. 783.

[Recebido em: setembro de 2011.

Aceito em: dezembro de 2011].